A INCLUSÃO DO AUTISTA NA ESCOLA

RENATA RODRIGUES DE LIMA

RESUMO

O presente trabalho trata sobre práticas de ensino em relação a inclusão do autista na escola. Descreve um breve histórico sobre inclusão e autismo, além de apresentar uma análise sobre a legislação vigente sobre a inclusão, identificando as dificuldades para a efetiva inclusão desses alunos. É de suma importância a pesquisa para educadores, pois se trata de um tema atual e cada vez mais presente em nossa sociedade. A escola tem um papel muito importante nesta adaptação. É necessário capacitar os professores para que a inclusão seja feita de uma forma que o acesso tenha uma permanência e sucesso, de toda à criança não só no ensino infantil mais em todas as modalidades escolares, na escola regular.

Palavras- Chave: Educação; Inclusão; Autismo.

INTRODUÇÃO

A síndrome do autismo pode ser encontrada em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social. Não se conseguiu até agora provar nenhuma causa psicológica, ou no meio ambiente destas pessoas que possa causar o transtorno. Os sintomas, causados por disfunções físicas do cérebro, podem ser verificados pela anamnese ou presentes no exame ou entrevista com o indivíduo, estas características são: Distúrbios no ritmo de aparecimento de habilidades físicas, sociais e linguísticas; Reações anormais às sensações, ainda são observadas alterações na visão, audição, tato, dor, equilíbrio, olfato, gustação e maneira de manter o corpo; fala ou linguagem ausentes ou atrasados. Certas áreas específicas do pensar, presentes ou não.

Quais são as leis que amparam o autista a frequentar uma escola pública de ensino fundamental I, quais seus reais direitos, suas dificuldades e como podemos incluir este aluno na escola e tornar ele um cidadão integral assim como os ditos normais.

Através de um breve histórico sobre a inclusão podemos conhecer características da inclusão ao longo dos anos, os aspectos legais que a cercam e as possibilidades e desafios em garantir um ensino igualitário nas escolas públicas do nosso país.

A inclusão educacional se faz necessária, em função de uma histórica tendência para a exclusão dos sistemas educacionais, que está relacionada com a maneira como a escola foi criada, sempre colocando à margem de seus processos pessoas que não se enquadravam em seus requisitos. No entanto, mesmo em meio a esse modelo de escola (exclusivista), surgiu a proposta de educação inclusiva. Essa proposta é como já vimos parte integrante de outros movimentos sociais que lutam pela construção de uma sociedade mais justa e solidária, reconhecendo as diferenças entre os indivíduos e a necessidade de a sociedade e suas instituições se organizarem para atender a essas diferenças como exigência da igualdade de direitos.

Diante disso, discutida no contexto educacional, a inclusão implica a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas ou outras, e requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas necessidades.

Para falar de políticas de inclusão social, é necessário definir o que o Poder Público chama de políticas de inclusão, tais iniciativas em geral destinam-se a pessoas que por alguma razão social, física ou limitação psíquica estão à margem da sociedade. Nesse sentido, o Poder Público, leia-se Estado nas suas diferentes esferas: Federal, estadual ou Municipal, tem como direcionamento administrativo, via legislação (Constituição Federal), estratégias para elaborar e implantar políticas de inclusão social. Exemplo: no caso das pessoas portadoras de alguma deficiência existem acordos nacionais e internacionais que mostram diretrizes para a inclusão de pessoas com limitações físicas. Assim, observamos a construção de calçadas com rebaixamento para facilitar a mobilidade dessas pessoas nas vias públicas e nas escolas, claro que ainda lentamente.

Falaremos do caso da deficiência visual, pequenas mudanças nos semáforos das grandes cidades com sonorização para que as pessoas com alguma dificuldade visual ou com o total comprometimento possam locomover-se pela cidade com mais tranquilidade.

Claro que quando falamos de inclusão social, não estamos exclusivamente falando de pessoas com alguma deficiência, mas de uma maneira mais ampla são todas as pessoas que estão excluídas do sistema social comum.

A política de inclusão de alguma maneira potencializa ações para que essas pessoas vivam o mais próximo possível de uma pessoa que não tem nenhuma restrição, ou pelo menos na teoria deveria ser assim. Sabemos que ainda temos grandes hiatos nesse quesito, contudo, o Brasil ratificou muitos acordos internacionais favoráveis à inclusão social e um primeiro passo foi dado.

Devemos ter a clareza e esclarecer às famílias mais vulneráveis e à sociedade de maneira geral, que é preciso participar da efetivação de políticas públicas, não somente a determinados segmentos excluídos da sociedade, mas a todo e qualquer cidadão, a isso damos o nome de empoderamento, que é o uso do poder do indivíduo para fazer escolhas, assumir o controle de sua vida e tomar suas próprias decisões.

A inclusão social é o conjunto de medidas e ações que fazem parte do direcionamento da sociedade e das autoridades legalmente constituídas, tais medidas visam combater a exclusão nas áreas da educação, do trabalho, da mobilidade urbana, entre outras. Ela ainda tem como norte a promoção do acesso a bens e serviços de toda ordem dentro da sociedade. Infelizmente, no Brasil temos poucas experiências positivas no quesito inclusão, mas como pontuamos, estamos caminhando lentamente para se chegar a essa conquista.

Temos inúmeros exemplos de inclusão social na escola. Hoje, crianças com alguma síndrome ou mobilidade reduzida têm que frequentar a escola comum, ou seja, esse processo avançou, pois há pouco tempo os pais eram obrigados a recorrer a escolas especiais para que os filhos com alguma limitação pudessem estudar.

A possibilidade de a criança frequentar a mesma escola amplia o leque de atuação tanto dos professores, que podem trabalhar na sala de aula as diferenças que cada pessoa tem e, portanto, não existem melhores nem piores e também dos alunos, que aprendem a conviver com pessoas que podem somar dentro das suas possibilidades.

Em certa medida, essas pessoas e suas famílias sofrem, não somente pela restrição a que os seus familiares são expostos na vida cotidiana, mas de experimentarem as dificuldades em viver no limite do direito e da perspectiva de um dia serem efetivamente incluídas.

Como bem relata Sawaia (2006):

Quando falamos de sofrimento, estamos nos referindo a um específico, ao sofrimento ético-político, que é a dor (físico-emocional) evitável do ponto de vista social, pois é infringida pelas leis racionais da sociedade a sujeitos que ocupam determinadas posições sociais. Falamos do sofrimento que a sociedade impõe a alguns de seus membros, da ordem da injustiça, do preconceito e da falta de dignidade (SAWAIA, 2006, p.45).

2. DIREITOS E DEVERES

A Declaração de Salamanca na Espanha 07 e 10 de julho de 1994, o mesmo trata de questões que possa melhorar a políticas e práticas relacionadas ao movimento de inclusão social. Segundo a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994):

O termo necessidades educacional refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (Brasil, 1994, p. 17-18)

Os princípios da Convenção de Guatemala reafirmam a Declaração dos Direitos Humanos de 1984, agora dirigida à população específica das pessoas com deficiência enfatiza: o respeito incondicional a dignidade e a singularidade; a independência e autonomia para a plena participação na vida comunitária; a não discriminação e a plena inclusão social com respeito as diferenças, a igualdade de oportunidades incluindo igualdade entre gêneros, e o respeito pelas capacidades em desenvolvimento das crianças, adolescentes e adultos com deficiência.

Segundo a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, e as obrigações geradas para cada País signatário da Convenção, ressalta a qualidade do conjunto de normas e legislação vigente no Brasil, nos colocando dentro de 1/3 dos países membros da ONU que possui legislação específica para as pessoas com deficiência.

O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência:

a) o termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

b) Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

Segundo Sassaki, a inclusão social é o "processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade". (1999, p.41).

Esse processo inclusivo só é possível quando a sociedade tem um olhar diferenciado que visa não apenas seus próprios interesses, mas que se preocupa com o outro acolhem e contribuem para que se concretize o direito de aprender, ir e vir num Estado que é livre.

"Uma das grandes contribuições da educação inclusiva é desenvolver nas pessoas a capacidade de conviver com as diferenças de forma natural, levando as pessoas com deficiência ou não a uma vida autônoma e plena uma vez que os direitos e os deveres são para todos os cidadãos" (ORTEGA E TOREZANI 2012, p.12)

Um ambiente escolar diversificado é um lugar onde promove desde cedo desenvolvimento acadêmico e social.

Logo nos primeiros momentos de vida acadêmica as crianças aprenderão a lidar com as diferenças e contribuirão para que a inclusão aconteça de fato. Já os alunos que possuem necessidades especiais estarão se preparando para assumir as responsabilidades que a vida futura traz.

Todos os que são discriminados por suas deficiências devem ter o pleno conhecimento de seus direitos quanto à inclusão na sociedade. O princípio da equidade deve ser o principal meio para promover a inclusão social e escolar em nossa sociedade.

Uma educação escolar inclusiva deve oferecer condições favoráveis para a educação de todas as crianças, as ditas "normais" ou não. Oferecer uma educação de qualidade e que trabalhe com a diferença, isso tem que ser o objetivo da escola. Mostrando-os que eles podem ser diferentes como são, mas que não precisam se sentir angustiados ou tristes e se isolarem por serem diferentes.

A preparação da comunidade escolar é um fator primordial para lidarem com essa realidade, pois sem os profissionais competentes não haverá inclusão como está na legislação. O profissional de educação é o responsável pela integração e inclusão desses alunos em sala de aula e principalmente o professor, pois este é o facilitador do ensino e facilitador do conhecimento.

Segundo Santos:

O professor especializado deve ter ou uma formação em nível de graduação no campo da educação especial, associada à formação de docentes para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Ou complementação de estudos em área específica da educação especial em nível de pós-graduação, a partir da licenciatura em uma das diversas áreas que integram o currículo da educação básica. (Santos, 2009)

A legislação prevê também que sejam dadas oportunidades aos professores em serviço para se especializarem em educação especial. Assim, de acordo com a legislação, o professor do ensino regular deve estar capacitado para lidar com os alunos com necessidades educacionais especiais, o que fará auxiliado por especialistas que lhe darão o suporte para realização de suas atividades. (2009, p. 5)

A adaptação curricular também é de extrema importância para a inclusão desses alunos. Um currículo que seja diversificado, que trabalhe a heterogeneidade e que a qualquer momento possa sofrer algum tipo de modificação ou adaptação é importantíssimo para esse processo.

Para Coll, 1986, o currículo consiste na execução de projetos que determinam os objetos da educação escolar e com isso há uma vinculação com o projeto pedagógico. A elaboração curricular é a explicação do projeto que preside e guia as atividades educacionais escolares, precisando as intenções que se encontram em sua origem e proporcionando orientações sobre o plano de ação, para levá-las a cabo. Com este propósito, a elaboração inclui informações sobre o que, quando e como ensinar e avaliar. (COLL, 1986, p.24)

Pensar em todos esses fatores faz com que a inclusão seja mais significativa e eficiente, levando em conta que esse trabalho tem que ser exercido em conjunto. Estado, sociedade, escola e família devem se entrelaçar para que as crianças deficientes sejam aceitas como elas são com suas dificuldades e principalmente suas capacidades e habilidades. Quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano em suas diferenças, que possibilitem a eles estarem na escola, interagir, socializar-se e aprender, podemos acreditar que as políticas estarão cumprindo o seu papel. Para tanto, não basta o aumento das matrículas em escolas comuns e em classes especiais, pois mesmo sendo satisfatórios os dados quantitativos, eles não substituem o atendimento especializado a esses alunos.

O processo de inclusão de forma efetiva exige do educador mais do que uma formação, exige dele habilidades e competências que possibilitam aos seus alunos suporte para que possam se desenvolver esse profissional deve ser paciente, tolerante e flexível; qualidades essas que trabalhadas em conjunto com os demais profissionais o ajude a superar as dificuldades e necessidades que ocorrem no cotidiano do ambiente escolar inclusivo, pois nem sempre o educador recebe o suporte necessário para enfrentar tais dificuldades, sendo assim deve-se ele recorrer a sua criatividade para que o processo

educativo seja o mais propício possível para que a inclusão e integração aconteçam, a não preparação e capacitação desse profissional pode trazer atrasos e danos irreversíveis a inclusão do aluno.

Podemos dizer que a inclusão educacional se faz necessária, em função de uma histórica tendência para a exclusão dos sistemas educacionais, que está relacionada com a maneira como a escola foi criada, sempre colocando à margem de seus processos, pessoas que não se enquadravam em seus requisitos. A repetência, suspensão e expulsão escolar são exemplos contundentes dessa firmação. Ao mesmo tempo, incumbiu-se de separar os sujeitos - tornando aqueles que nela entravam diferentes dos outros que a ela não tinham acesso.·.

Assim é que a escola e a sociedade se fazem diferentes para os ricos e os pobres, de acordo com os interesses implícitos em cada contexto. Por isso, como aponta Glat (2000), a escola pública, que foi criada como veículo de inclusão e de ascensão social, vem sendo em nosso País, inexoravelmente, um espaço de exclusão – não só das pessoas com NEE, mas de todos aqueles que não se enquadram no padrão imaginário de aluno normal. Outro aspecto importante a ser mencionado em relação à escola é que, ao ingressarem, muitas crianças encontram uma série de dificuldades para se adaptarem à vida escolar. Essas dificuldades podem desaparecer ou perpetuar-se. Quando elas aumentam em complexidade, acaba impingindo aos alunos que não conseguem vencer os níveis de dificuldades, um "rótulo" depreciativo, um estigma. E estes, uma vez rotulados, acabam sendo discriminados e/ou excluídos.

Tanto a escola quanto a sociedade criaram mecanismos de ordenação, classificação e hierarquização. Ambas colocaram, de um lado, os que usufruem dos bens sociais e, de outro, os que estão à margem desses bens ou recebem-nos como benefícios, dádivas, benevolência. Criaram, também, mecanismos de "quantificação", definiram seus códigos de acesso, determinando os que aprendem e os que não aprendem os que aprendem mais e os que aprendem menos, os que podem continuar o percurso educacional e os que devem ficar retidos, os que recebem certificação e os que não recebem os que têm condições de frequentar a escola e os que não têm.

Dentre as dificuldades atuais encontradas na educação de crianças com deficiência em nosso país, a falta de conhecimentos de muitos profissionais sobre as limitações e habilidades desses alunos, deixa uma lacuna enorme entre a educação e a inclusão destes. A capacitação dos profissionais de educação é de fundamental importância para que atendam essa demanda de alunos com deficiência nas escolas desde a educação infantil.

As decisões de organização escolar e de seu funcionamento, relacionado aos professores, à estrutura e funções da equipe devem tornar possíveis as intenções educativas, estas por sua vez, devem ser oferecidas pelas escolas.

Para isso, muitos documentos que foram abordados nesse artigo revelam grande possibilidade de inclusão, mas não é o que realmente percebemos. Há ainda muita precariedade no que diz respeito à efetivação das leis de inclusão. Temos que desmistificar o slogan imposto

pelo Estado de "Educação para todos" e refletir como essa educação está sendo realizada e de que forma está sendo realizada principalmente para crianças com deficiência.

Ter as leis e as mesmas não serem efetivadas de fato de nada adianta. Uma boa profissionalização dos educadores e a flexibilidade das ações pedagógicas são bons caminhos para uma inclusão transformadora e adaptável a qualquer indivíduo, respeitando suas diferenças e os reconhecendo como cidadãos.

E para finalizar, a escola inclusiva é uma tendência a ser efetivada neste novo século e só assim poderemos derrubar os preconceitos e entraves que abordam o desenvolvimento da cidadania para todos.

NEUROPSICOPEDAGOGIA

Para entender a conexão entre o cérebro e a aprendizagem, é necessário rever a proposta a partir do conhecimento da Neurociência, este assunto apresenta como um dos assuntos mais procurados e um dos desafios educativos. Para tanto, considera-se que a neurociência é uma ciência nova no mercado, podemos dizer que o cérebro e aprendizagem necessitam de muito investimento científico, mas são profissionais das mais diversas áreas que tem voltado seus estudos para este enfoque. Conforme estudos de Yokohama-Espinosa (2008, apud Zaro, 2010, p. 205).

O neuropsicopedagogo, profissional que está em constantes buscas de conhecimentos acerca dos transtornos, síndromes, patologias e distúrbios a qual o indivíduo possa estar relacionado, terá ter condições de identificar nos indivíduos tais como procurar identificar quais competências e habilidades que tais indivíduos possuem, e propor uma intervenção neuropsicopedagógico, que com certeza se fará acompanhada junto aos familiares, professores e equipe pedagógicos e demais profissionais que se fazem presentes na vida destes indivíduos. Como foi mencionada em comentários anteriores a Neurociência e a Neuropsicopedagogia ainda é um campo educacional que está presente, mas é necessária maior divulgação e com-

preensão destas áreas. Em pesquisas realizadas através de livros e artigos publicados, no qual foram abordados os profissionais que tiveram conhecimento sobre a Neurociência, onde foram envolvidas algumas questões, sendo algumas objetivas e outras subjetivas, procurando investigar o entendimento sobre os profissionais que estão tendo este assunto como alternativa para solucionar alguns casos. Estes profissionais responderam um questionário, porém, através da análise das respostas, pôde perceber a seriedade e o comprometimento dos mesmos neste processo educativo.

2. PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES NEUROPSICOPEDAGÓGICOS

Diante de tantas obras de autores tão importantes para o avanço educacional do país, faz-se necessário a reflexão sobre como estão sendo utilizadas as metodologias no processo de alfabetização da criança. Neste sentido, as pesquisas teóricas feitas a partir das concepções de Piaget, Vygotsky, Ferrero, dentre outros, chegou-se à conclusão de que o homem é um ser social, pois, através de suas interações sociais o indivíduo desenvolve sua inteligência humana. Buscar metodologias lúdicas que possibilite e favoreça o desenvolvimento de habilidades da criança, oferecendo oportunidades para manifestação da autonomia, do senso crítico e da criatividade, não é algo tão fácil como muitos profissionais da educação julgam e pregam ser, pois, o que mais se se percebe é que a prática educativa utilizada por eles é de cunho estreitamente tradicional.

Diante de tais realidades, cabe ao professor adotar uma posição crítica, buscando fazer reflexões sobre suas metodologias adotadas para averiguar se as mesmas estão compatíveis com a realidade da criança, procurando propor a elas um aprendizado significativo para o seu desenvolvimento integral.

2.1. O QUE É O AUTISMO?

Toda tentativa de definição do autismo tem início na primeira descrição dada por Leo Kanner em 1943 no artigo intitulado: "Distúrbios autistícos do contato do afetivo" (Autista disturbances ofaffective contact"). São chamadas autistas as crianças que têm inaptidão para estabelecer relações normais com o outro; um atraso na aquisição da linguagem e, quando ela se desenvolve, uma incapacidade de lhe dar um valor de comunicação. Essas crianças apresentam igualmente estereotipias gestuais, uma necessidade imperiosa de manter imutável seu ambiente material, ainda que deem provas de uma memória frequentemente notável. Contrastando com esse quadro, elas têm, a julgar por seu aspecto exterior, um rosto inteligente e uma aparência física normal.

Nessa primeira publicação, Kanner ressaltava que o sintoma fundamental, "o isolamento autistico", estava presente na criança desde o início da vida. Ele sugeria que se tratava então de um distúrbio inato. Retomou essa noção (Eisenberg e Kanner) em 1956, observando que a síndrome pode se revelar, depois de um desenvolvimento aparentemente normal, no primeiro ou segundo ano de vida.

A grande originalidade de Kanner foi, pois, a de individualizar, em um grupo de crianças que lhe foram encaminhadas, seja por debilidade mental ou esquizofrenia, uma síndrome nova reunindo sinais clínicos específicos, formando um quadro clínico totalmente à parte e diferenciado das síndromes psiquiátricas pré-existentes.

A descrição de Kanner organizava-se em torno do distúrbio central que é "a inaptação das crianças em estabelecer relações normais com as pessoas e em reagir normalmente às situações desde o início da vida". Escolhendo o termo "autismo" para descrevê-lo, Kanner mostrava a importância que queria atribuir à noção de afastamento social. Infelizmente, o conceito de autismo atribuído a Bleuder foi a fonte de confusão, como o fez notar Rutter (1979): segundo o conceito de Bleuder, o autismo nos esquizofrênicos se refere a um retraimento ativo no imaginário.

Na realidade sugere, primeiramente, "um retraimento" fora das relações sociais enquanto Kanner descreve uma incapacidade de desenvolver o relacionamento social; em segundo lugar, ele implica uma vida imaginaria rica, enquanto que as observações Kanner sugerem uma falta de imaginação; e em terceiro lugar, ele postula uma ligação com a esquizofrenia dos adultos. São essas confusões que explicam o fato de os psiquiatras terem algumas vezes utilizado de forma permutável os diagnósticos de esquizofrenia infantil, de psicose infantil e de autismo (Laufer e Gaiz, 1969).

A etapa seguinte e atual da pesquisa tem por: 1º - validar o conceito de autismo e, portanto, verificar sua existência universal e sua especificidade. 2º - hierarquizar os sintomas. Nessa perspectiva os autores hesitaram em distinguir os sintomas primários e secundários. Kanner em 1956, só conservava dois sinais, que ele considerava como patognômicos: o isolamento autistico (alonenes) e a necessidade de imutabilidade (sameness). Ele excluiu assim, as anomalias da linguagem, inicialmente apresentadas como um dos sintomas principais. Em seguida, a sintomatologia foi organizada em uma tétrade, especialmente por Rutter (1978), Orniz e Ritvo (1976), e no D.S.M.III (1980). 1º - uma incapacidade de desenvolver relações sociais; 2º - um déficit no desenvolvimento da linguagem; 3º - respostas anormais ao meio ambiente, em particular, estereotipias gestuais e uma resistência à mudança; 4º - o fato de que os sinais aparecem antes da idade de trinta meses.

Essa descrição foi posteriormente enriquecida com a ênfase sobre certos aspectos do quadro clínico, atribuindo-lhe parâmetros mais objetivos embasados numa hipótese de etiopatogenia frequentemente organicista: descrição das animálias perceptivas, motoras e de desenvolvimento (Ornit., 1976), ou ainda, decodificação da semiologia artística de um ponto de vista neurológico (Damásio e Meurer, 1979).

Mas essa conduta corre o risco de omitir outros itens que fazem parte integrante da síndrome definida anteriormente. Paralelamente, numerosos autores tentaram classificar os itens diagnósticos e definir os testes de avaliação. Não é exagerado dizer que há na literatura quase tantas descrições do autismo infantil quanto autores, cada um deles privilegiando o sintoma que lhe parecia pertinente e o mecanismo que o explicava.

Após a descrição original de Kanner (1943), Rimland elabora o primeiro questionário diagnostico (Rimland checklist, 1964), que compreende 80 itens, com 3 revisões posteriores, (E.1, E.2, E.3; Rimland, 1971; Varlet-Larmande, 1979). Essa escala, destinada a ser preenchida pelos pais, versa principalmente sobre a anamnese. Mas ela não leva em conta as relações entre os sintomas, a idade mental e a idade cronológica. Em 1964, a classificação de Creak utiliza um teste de 9 itens que descreve as psicoses infantis no seu conjunto. De Myer e outros (1971) mostram que esses testes so diferenciam parcialmente os autistas das crianças com desenvolvimento mental no limite da normalidade.

Além disso, a fidelidade entre os testes não é perfeita. Reichler e Schopler (1971) criam um teste menos limitativo que os dois precedentes (CPRS: "Childhood psychosis rating scale"), que inclui os critérios de Kanner, de Creak e sinais próprios à primeira infância. Este teste será transformado em 1980 em CARS ("Childhood autismo rating scale"). Os critérios são revistos em 1978 por Rutter e por Ritvo e Freeman. A classificação de Ritvo e Freeman, utilizada pela Sociedade Nacional pelas crianças autistas, contrasta muito nitidamente com os sistemas precedentes. Ela compreende 4 grupos de itens: 1) distúrbio do desenvolvimento; 2) perturbações das respostas aos estímulos sensoriais; 3) distúrbios cognitivos, de linguagem e da comunicação não-verbal; 4) perturbações das relações com as pessoas, com os acontecimentos e os objetos.

Rutter de um lado, Ritvo e Freeman de outro, concordam ao dizer que os autistas apresentam sinais comuns essenciais ao diagnostico, bem como sinais específicos a cada um deles, o que explica a presença de grandes variações individuais. Porém, há importantes diferenças entre essas duas classificações. A definição de Rutter classifica como síndrome totalmente à parte o sameness ou necessidade de imutabilidade e grupa sob esse termo a resistência à mudança, os jogos estereotipados, as preocupações anormais. Já na classificação de Ritvo tudo isso é reagrupado sob o termo "Perturbação de uma relação adequada com as pessoas, os acontecimentos e os objetos". Além disso, ela utiliza como critério do diagnostico o fato de que as respostas aos estímulos sensoriais sejam perturbadas, ao passo que Rutter os inclui nos sinais associados que variam de criança para criança.

Em 1980, Schopler e Reichler descrevem o CARS ("Childhood autismo rating scale"). Esta classificação, que contêm 15 itens, corresponde a uma concepção mais ampla do autismo, já que inclui itens específicos de Ritvo e Freeman (distúrbios cognitivos e percepções sensoriais) e aqueles de Rutter (resistência à mudança). Mas os três testes não são correlatos: de 266 crianças identificadas como autistas pelo CARS, somente 20,6% satisfazem aos critérios de Rutter e 46,6% de Ritvo e Freeman. Schopler sugere, então, que as particularidades sensoriais deveriam ser incluídas como critérios primários do diagnóstico.

Criando em 1980, o DMS III (Manual diagnostico e estatístico dos distúrbios mentais, American Psychiatry Association) tem a vantagem de ser um sistema de classificação multifatorial, levando em conta 5 fatores: as síndromes clínicas (fator I), os distúrbios específicos do desenvolvimento (fator II), as afecções físicas (fator III), as condições psicossociais (fator IV) e o melhor nível de adaptação e de funcionamento no ano transcorrido (fator V).

Além disso, os testes de avaliação do comportamento descritos. A escala dos comportamentos para o autismo (Behaviour observation sclae ou BOS) (Freeman e col. 1978) compreende 71 itens e permite obter uma série de comportamentos ditos de "alta frequência". A escala ERC (Avaliação resumida do comportamento) (Lelord e colab. 1984) é preenchida pelo pessoal terapêutico e foi adaptada para levar em conta a sintomatologia de crianças de tenra idade. Esta escala permite, portanto, o estudo da evolução do comportamento da criança. A síndrome do autismo, atualmente, não é, portanto, definida como precisão e não há um acordo total sobre os testes permitindo medi-la, nem a fortiori, sobre os sintomas que se possa considerar como primários e aqueles que devem aparecer como secundários, e sobre o ou os mecanismos responsáveis por ela. É por isso que antes de abordarmos numa segunda parte do diagnostico diferencial, enumeraremos da maneira mais exaustiva possível o conjunto de sintomas atualmente descritos, sem tomar posição a favor de uma classificação ou de outra.

Começaremos por descrever a tétrade mais clássica (isolamento, distúrbios das comunicações, imutabilidade, idade de surgimento); em seguida analisaremos os sintomas assinalados mais recentemente ou apre-

sentados pelos autores de maneira diferente, reagrupando-os sob o título de "outros sinais maiores" e terminaremos pelas características evolutivas e os elementos prognósticos.

3. UM ESTUDO SOBRE AS INTERFACES ENTRE O AUTISMO E A EDUCAÇÃO PELO ENFOQUE SOCIO – INTERACIONISTA

Os discursos sobre a educação especial de enfoque inclusivo ganham relevância na proporção em que estudos, pesquisas são efetivados em torno de temáticas que circundam o campo de interesse da inclusão.

Por se tratar de um campo amplo, para o qual convergem vários aspectos, posições e disciplinas, torna-se evidente a complexidade das temáticas tratadas na esfera da educação especial. Entre tantos temas, emerge como necessário um estudo sobre o fenômeno do autismo, considerado como um campo de estudos que demandam dos pesquisadores e educadores muitos estudos e esforços em torno de se edificar textos e referenciais que subsidiem a construção de planos de intervenção pedagógica quanto à educação do autista.

Neste estudo, enfocaremos sobre as interfaces entre o autismo e a educação evidenciando características do autismo em torno do fenômeno do educar em que, buscaremos ancorar nossas reflexões na escola sócio interacionista de enfoque Vygotsky ano, uma vez que entre vários corpos teóricos, o arcabouço de pressupostos enunciados pelo renomado psicólogo e pesquisador russo, na dita teoria Histórico cultural, entre nós, conhecida como teoria sócio interacionista vai nos dar suporte e onde encontramos suporte para discutir o fenômeno do autismo.

Tradicionalmente tem-se atribuído a teoria e Vygotsky a discussão profunda sobre as relações linguagem, pensamento e interação, edificada a partir da ótica sócio-histórico e cultural. Entretanto, grande parte dos trabalhos de Vygotsky também operou na área da aprendizagem, onde o célebre teórico construiu trabalhos investigativos sobre pessoas com necessidades educativas especiais.

Desta forma, este estudo se constituiu a partir da teoria deste notável pesquisador, que teve em sua caminhada uma trajetória curta, porém marcada pelo trânsito interdisciplinar do conhecimento. Vygotsky se notabilizou, entretanto, pelas suas grandes descobertas no âmbito da linguagem, que para ele, seria o veículo meditativo do homem com o mundo interior e exterior: em razão disto, sua teoria passou a ser conhecida como sócio-histórico-cultural. As proposições de Vygotsky acerca do processo de formação de conceitos nos remetem a discussão das relações entre pensamento e linguagem, a questão da mediação cultural no processo de construção de significados por parte do indivíduo, ao processo de internalização e ao papel da escola na transmissão de conhecimentos de natureza diferente daqueles aprendidos na vida cotidiana.

Falar da perspectiva Vygotsky Ana é afirmar a dimensão social do desenvolvimento humano. Vygotsky tem como um de seus pressupostos básicos a ideia de que o ser humano constitui-se enquanto que na sua relação com o outro social e, portanto, deste pressuposto tomamos como norte para enveredar nos estudos sobre o autismo, que, se configura como uma ação-reação do sujeito com dificuldades na manutenção da interação com o mundo externo.

Vygotsky afirma ainda que o pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetiva evolutiva que segundo Vygotsky,

Compreender e comunicar-se são essencialmente as mesmas para o adulto e para a criança, esta desenvolve equivalente funcionais de concertos numa idade extremamente precoce, mas as formas de pensamento que ela utiliza ao lidar com essas tarefas diferem profundamente das do adulto, em sua composição, estrutura e modo de operação. (Vygotsky, 1993, p. 48). A tensão entre teoria e prática é uma constante na área de educação. Assim faz-se necessário que o professor busque nos trabalhos de Vygotsky elementos que forneçam subsídios para a reflexão na área da educação, principalmente na tentativa de compreender o fenômeno do autismo. Na abordagem de Vygotsky a linguagem tem um papel de construtor e de propulsor do pensamento, afirma o autor que aprendizado não é desenvolvimento, pois o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer.

Portanto, a linguagem e as formas de estruturar o pensamento do indivíduo não são determinadas por fatores congênitos. São resultados das atividades praticadas de acordo com os hábitos sociais da cultura em que o indivíduo se desenvolve.

Vygotsky defende que os processos de desenvolvimento não coincidem com os processos de aprendizagem, uma vez que o desenvolvimento progride de forma mais lenta, indo atrás do processo de aprendizagem, o que ocorre de forma sequencial estabelecendo ligações e relações: "o pensamento por complexos dá início à unificação das impressões desordenadas: ao organizar elementos discretos da experiência em grupos, cria uma base para generalizações posteriores". (VYGOTSKY, 1993, p. 66)

Ainda tomando os trabalhos de Vygotsky como referências vamos perceber que para o processo de formação dos sujeitos uma inter-relação fundamental entre pensamento e linguagem, um proporcionando

recursos ao outro. Desta forma, a linguagem tem um papel essencial na formação do pensamento e do caráter do indivíduo, pois segundo Vygotsky (apud OLIVEIRA, MARTA KOHL, 1984, p. 101) a aprendizagem está relacionada ao desenvolvimento desde o início da vida humana, sendo "um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especialmente humanas".

Portanto, segundo a visão Vygotsky Ana, é a aprendizagem que possibilita despertar de processos internos de desenvolvimento que, se não fosse o contato indivíduo com um determinado ambiente cultural, não ocorreriam. O homem é um membro de uma espécie para cujo desenvolvimento e aprendizagem estão relacionados desde o nascimento da criança especialmente no que diz respeito às chamadas funções superiores tipicamente humanas, funções psicológicas superiores, aquelas que envolvem consciência, intenção, planejamento, ações voluntárias e deliberadas, que dependem de processos de aprendizagem. Assim a aprendizagem resulta do desenvolvimento e este não ocorre sem aprendizagem.

Diretamente relacionados à ênfase dada por Vygotsky a dimensão sócio-histórica do funcionamento psicológico humano está a concepção da aprendizagem como um processo que sempre inclui relações entre indivíduos. Há uma potencialidade no homem em que a partir da relação com o meio, é colocado em ação. Na construção dos processos psicológicos tipicamente humanos, é necessário postular relações interpessoais: a interação do sujeito com o mundo se dá pela mediação feita por outro sujeito com o mundo se dá pela mediação feita por outro sujeito. A relação que se dá ora aprendizagem são essenciais para a própria definição desse processo, que nunca ocorre no indivíduo isolado. Um dos conceitos relevantes da teoria de

Vygotsky é o conceito de Zona de

Desenvolvimento Proximal que representa a relação de distância entre o desenvolvimento real e potencial, que representa a diferença entre a capacidade do educando aprender por si mesmo e o qual ela pode fazer a partir da orientação e intervenção de um adulto ou mesmo de outra criança (mediação). Essa compreensão é fundamental para o papel explícito do educador na busca de ajudar os que apresentam dificuldades em relacionamentos e mesmo para o autista fornecendo-lhes dentro de um contexto cultural subsídios necessários a colaboração externa para a aprendizagem significativa no processo de desenvolvimento humano.

CONCLUSÃO

Dos estudos realizados fica a compreensão mais ampliada sobre o fenômeno do autismo, sobre a atenção pedagógica oferecida aos autistas. Além do mais, o exercício da iniciação científica nos permite sempre expandir um pouco mais os conhecimentos sobre inclusão escolar, e a relação do autismo com a educação.

Visto que, é um tema bastante complexo e que carece de estudos e pesquisa para entender a síndrome autística podendo a escola e a equipe pedagógica atuar de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Cabe ressaltar que, pela pesquisa realizada, compreendi que todos os alunos estão na escola para aprender e se desenvolver, que independente das suas especificidades todos tem direito a educação, a participar ativamente do processo educativo. Uma vez que a inclusão escolar, a atenção diferenciada e individualizada ao aluno autista admite efeitos positivos sobre o aprendizado do mesmo.

Outro aspecto importante, mas não determinante – ainda a falta de conhecimento sobre a síndrome do autismo, porquanto não pode ser um empecilho para realização das atividades, os professores precisam se empenhar na sua prática docente e usar a criatividade para elaborar seus próprios instrumentos metodológicos, mesmo que a escola não tenha um PPP direcionado para alunos especiais, pois é possível que a aula se desenvolva com as funções: inclusiva e educativa.

É muito simples perceber que os professores apresentam resultados bastante positivos com relação ao aprendizado do aluno autista, e que o mesmo demonstra ter aquisição e compreensão do conhecimento, interesse e participação ativa nas atividades de construção do conhecimento, e os professores conseguem contextualizar os conteúdos, de maneira que aguça o desenvolvimento da criatividade e conseguem criar estratégias para a resolução de problemas. Na evidência da efetiva contribuição da educação, da inclusão escolar para o aluno autista, compreendo que realizar essa pesquisa foi uma experiência enriquecedora para minha formação profissional, pois aprimorei muitas habilidades – como, elaborar e utilizar os instrumentos de coleta atendendo as demandas da pesquisa, investigar e observar os fatos criteriosamente – para desenvolvê-la.

A contribuição dos sujeitos da pesquisa foi essencial para que fosse bem-sucedida e, a coleta de dados aconteceu de maneira tranquila e sem a ocorrência de problemas relacionados à interação com os sujeitos da pesquisa, o que favoreceu a descoberta de vários fatores a respeito do tema de pesquisado, suscitando assim, várias discussões.

Portanto, a finalidade deste trabalho monográfico foi além de estudar e colher informações sobre o assunto em ques-

tão. Surgiram várias reflexões e discussões, que podem ser ainda mais aprofundadas, a exemplo da formação continuada dos professores, para que os mesmos potencializem suas práticas.

Deste modo, concebo este trabalho como de fundamental importância, tanto para mim, como para outros pedagogos que visam uma aprendizagem de qualidade em relação à educação especial, para que repensem as práticas desenvolvidas com o aluno NEE e percebam que há possibilidades de ensino e a aprendizagem para estes alunos.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Sigila Pimentel Homer. Competência social, Inclusão escolar e Autismo: Um estudo de caso comparativo. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Instituto de Psicologia: 2007.

CANDIOTTO, Cesar; BASTOS, Cl Everson Leite; CANDIOTTO, Kleber B.B. Fundamentos da Pesquisa Científica: Teoria e Prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. VASCONCELLOS, C dos S. Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 10. ed. São Paulo: Libertado, 2002

CHIOTE, Fernando de Araújo Beneti. Inclusão da criança com autismo na educação infantil: Trabalhando a mediação pedagógica. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2013.

COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação: Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Vol. 3, Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

_____. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar. 2. Ed.Vol. 2, Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

_____. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Vol. 3, Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

FILHO, José Ferreira Belizário; CUNHA, Patrícia. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento. Vol. 9, Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza, CE, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LEAL, Glaucia (Org.). Revista Doenças do cérebro: Autismo - Mente e cérebro. Vol. 6, 2 eds., São Paulo, SP: Dueto editorial, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Damaso Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Rosângela. Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas. 1 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Ravióli; ARANTES, Valéria Amorim (org.). Inclusão escolar: Pontos e contrapontos. São Paulo, SP: Seamus, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, Amostras e técnicas de pesquisas. Elaboração, análise e interpretação de dados. Cinco ed. São Paulo,

SP: Atlas S. A., 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica – Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2. ed. São Paulo:

Pioneira, 2000.

ORRÚ, Sílvia Ester. Autismo, linguagem e educação: Interação social no cotidiano escolar. 3. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Wake, 2012.

REGO, Tereza Cristina. Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. A entrevista na Pesquisa qualitativa: Mecanismos para validação dos resultados. 1 ed. Belo Horizonte, MG:

Autêntica, 2008.